

SEU PEDIDO PARA O

# GÊNIO DA LÂMPADA

E se você tivesse o poder de promover uma mudança no setor de energia no país?



## INTRODUÇÃO

Com o fim do carnaval, o ano de 2016 finalmente poderá começar.

De modo geral, as dificuldades enfrentadas na área econômica em 2015 permanecem presentes em 2016. Além disso, as turbulências no cenário político sinalizam que a aprovação de medidas necessárias para melhorar os fundamentos econômicos continuará sendo um desafio<sup>1</sup>.

1. Para maiores informações sobre as perspectivas macroeconômicas em 2016, ver "Boletim Macro IBRE", dezembro de 2015. Disponível em: <http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPagId=4028818B3BDE4A56013C071D12034B4B&contentId=8A7C82C5519A54780151EEC79C500565>.



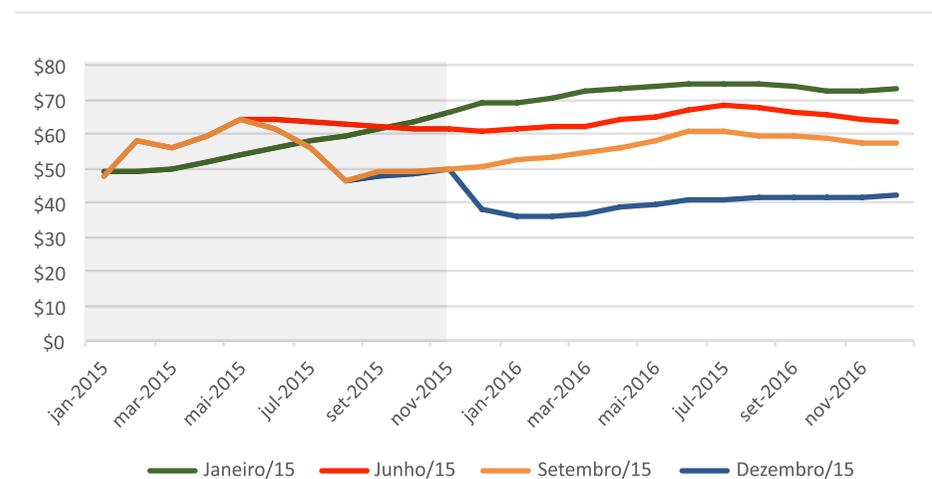
Variáveis Macroeconômicas Seleccionadas - Brasil

	2014	2015	2016 E	2017 E
<b>PIB</b>	0.1%	-3.7%	-3.0%	-0.4%
<b>Consumo</b>	1.3%	-3.5%	-3.1%	-0.1%
<b>Investimento</b>	-4.5%	-13.3%	-8.5%	-2.8%
<b>Desemprego</b>	6.8%	8.6%	11.8%	13.1%
<b>Inflação (CPI)</b>	6.4%	10.7%	7.9%	7.6%

Fonte: FGV/IBRE

No setor de energia, o cenário atual também não é animador. No âmbito global, os preços de petróleo permanecem baixos e estimativas continuam sendo revisadas para baixo. Os patamares atuais de preço refletem estoques altos, perspectiva de oferta adicional do Irã e redução de demanda por petróleo da China. Para além do curto prazo, o acordo de Paris sinaliza para as empresas de petróleo a importante tarefa de repensar suas estratégias e posicionamento de longo prazo, em um mundo que buscará ser cada vez menos intensivo em carbono.

Evolução das Projeções de Preços de Petróleo – Brent (US\$/Barril)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Energy Information Administration (EIA)

No Brasil, os problemas enfrentados pelo setor de energia atingem os segmentos de petróleo, gás, elétrico e de biocombustíveis de diferentes maneiras e em várias dimensões – entre as mais debatidas

estão questões regulatórias, de governança, de estrutura de mercado, de investimentos e de planejamento. De modo geral, elas têm em comum o fato de que se tratam de questões não técnicas ou tecnológicas – o que no setor de petróleo chamaríamos “*above the ground risks*” -, e envolvem decisões estratégicas, regulatórias ou de política pública implementadas no passado que resultaram na complexa situação atual do setor.

Diante de tantas questões importantes e urgentes, e dentro das limitações de ação impostas pelo contexto conjuntural, o exercício de priorização das reformas desejadas para o setor é fundamental. Com esse objetivo, convidamos executivos, acadêmicos e especialistas em energia para responderem à seguinte pergunta, em um texto sucinto, de até 250 palavras:

**O gênio da lâmpada lhe concedeu um desejo, a ser atendido imediatamente: você tem o poder de promover uma, e apenas uma, mudança no setor de energia no país – seja na política pública, regulação, ou mesmo na estrutura do mercado. Qual seria a sua escolha e por quê?**

Nas páginas seguintes, apresentamos os pedidos feitos ao gênio pelos convidados que aceitaram contribuir com sua opinião\*, aos quais agradecemos pela reflexão e pelo tempo dispensado. A ordem em que as opiniões foram dispostas ao longo das próximas páginas foi escolhida aleatoriamente – dessa forma, deixamos que cada leitor atribua a relevância que achar adequada para cada proposta.

E já que podemos sonhar com um pedido para o gênio da lâmpada, aqui vai o meu - quem sabe ele me atende?

---

## Lavinia Hollanda

Coordenadora de Pesquisa da FGV Energia

---

“Eu pediria que reduzíssemos drasticamente os inúmeros comitês, conselhos, comissões e afins que hoje existem no setor de energia. A premissa por trás do excesso dessas instâncias é a de que os agentes não devem, ou não são capazes, de decidir por si só suas estratégias e ações. Assim, criam-se grupos de notáveis que acabam por tomar decisões que deveriam caber única e exclusivamente aos agentes – onde e como aplicar recursos de pesquisa e desenvolvimento, de quem contratar serviços e equipamentos, para quem vender sua energia gerada e assim por diante.

---

\* Este texto não deve ser citado como representando as opiniões da Fundação Getúlio Vargas (FGV). As opiniões expressas neste trabalho são exclusivamente dos autores.

Nesse ambiente, há enorme desconfiança e conseqüente paralisia por parte dos agentes, que se acostumam a conviver com intervenções e mudanças de regras e passam a agir conforme o incentivo colocado, buscando conseguir junto ao governo ajustes nas regras que resolvam suas dificuldades mais imediatas. Criam-se, então, enormes ineficiências e perde-se a visão do longo prazo.

Entendo que alguma regulação é necessária e benéfica, e que é complexo encontrar a medida certa da regulação. Mas estamos pecando pelo excesso e regulando o que não é preciso regular e, com isso, gerando distorções indesejáveis e difíceis de consertar. Assim, meu pedido é por mais parcimônia nas intervenções que vêm sendo feitas no setor, e que confiemos mais na capacidade de ajuste do mercado.”

---

## Jorge Camargo

Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - IBP

---

“Eu pediria ao gênio que trouxesse maior diversidade ao setor petróleo brasileiro. Multiplicidade de atores e operadores no pré-sal, como temos no pós-sal. Pluralidade não só no *upstream*, também no refino, no gás, na logística. Quanto maior a diversidade e competição entre investidores – com diferentes competências e estratégias, distintas percepções de custos, riscos e prêmios –, maior a valorização dos recursos naturais de um país. A beleza de um ambiente aberto e competitivo está em os ativos migrarem naturalmente para os investidores que neles enxerguem e saibam extrair maior valor, para o bem do verdadeiro dono dos ativos, o Brasil.”

## Suzana Kahn

Professora do Programa de Engenharia de Transportes (PET) da COPPE, UFRJ

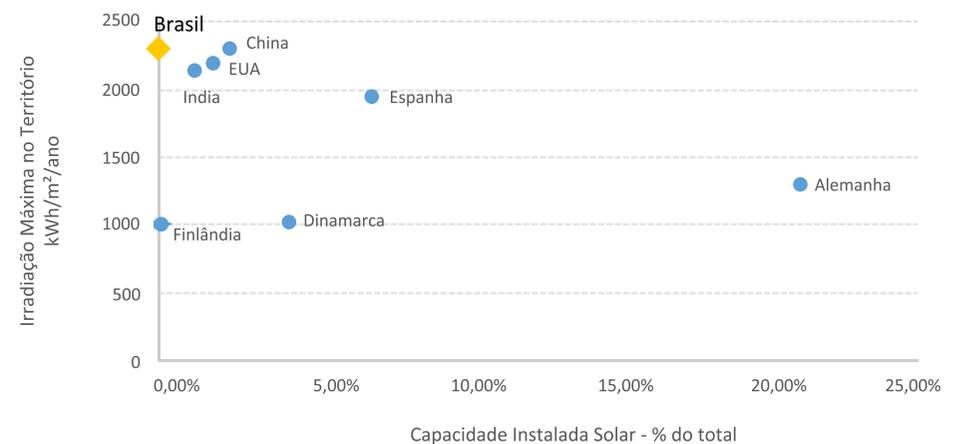
“Se pudesse fazer uma alteração no setor de energia no Brasil seria através de política pública. Um país da dimensão do nosso, e com os variados recursos naturais que possui, como biomassa, sol, vento e rios, deveria promover a geração distribuída onde cada região usasse a fonte mais adequada e próxima ao seu mercado consumidor, reduzindo assim custos e perdas na transmissão e distribuição.

Já que política pública engloba mais do que uma única decisão e envolve várias ações visando um determinado objetivo, vejo esta opção como a mais adequada para uma mudança no setor energético, uma vez que, para termos um aumento da geração distribuída com uso de renováveis, seria necessário termos diferentes ações relativas à facilitação de linhas de financiamento para consumidores de energia, nova regulamentação sobretudo no que se refere a tributos e ainda incentivo à implementação de uma cadeia produtiva local com vistas a baratear o custo e gerar empregos. Neste último caso, destaca-se a necessidade de investimento em capacitação profissional não apenas para produção e instalação, mas também para a manutenção.

Evidentemente, a geração distribuída sozinha não irá suprir a expansão da demanda por energia no País, mas seguramente tem uma importante contribuição a dar e tem sido negligenciada. A fonte energética que é mais apropriada, a solar, não possui apoio governamental, o que deixa

o Brasil tropical atrás de inúmeros países nórdicos tanto em termos de investimentos como em termos tecnológicos, evidenciando assim nossa estranha política energética.”

Capacidade Instalada Solar (%) vs. Irradiação [kWh/m<sup>2</sup>/ano] – países selecionados



Fonte: Elaboração própria a partir de dados SolarGis

## Wilson Ferreira Jr.

Presidente da CPFL Energia

“Um ambiente mais estimulante à energia renovável e à implantação de redes inteligentes de distribuição de eletricidade será decisivo para o aumento da eficiência do sistema energético, a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade do planeta.”

---

## Helder Queiroz

Grupo de Economia da Energia, Professor do Instituto de Economia/UFRJ

---

“Senhor Gênio, gostaria de lhe manifestar meu grande desejo para o setor de energia no Brasil. Gostaria que doravante o país tivesse sempre um documento, apenas um, com suas “Diretrizes e Instrumentos de Política Energética de Curto, Médio e Longo Prazos”.

Pode parecer singelo meu desejo, mas esta mudança é mais que necessária aqui no Brasil, dado que os governos FHC, Lula e Dilma nunca se dedicaram formalmente. Tal medida ajudaria em muito o exercício das tarefas de planejamento, regulação e, a reboque, conferiria mais previsibilidade aos processos de tomada de decisão de todos os agentes econômicos.”

---

## Cláudio Andrade

Sócio da Polo Capital Management

---

“Minha sugestão seria a criação de uma *clearing* do mercado livre. Por quê? Porque daria mais segurança ao sistema e impulsionaria o desenvolvimento desse segmento com segurança. Dado o diferencial de preço (muito mais baixo que no regulado, o que incentiva a migração dos agentes), temos nesse momento uma condição única de desenvolver esse mercado. E no longo prazo esse pode ser um caminho de desenvolvimento da geração distribuída. Ou ao menos uma referência de preço.”

---

## Luciano Irineu de Castro

Professor da Tippie College of Business – Universidade de Iowa

---

“Correndo o risco de extrapolar os poderes do gênio da lâmpada, eu pediria que extirpasse das mentes de todos os agentes do setor, principalmente no setor público, a ilusão de que o governo tem de permanecer como agente primordial no dia a dia do setor.

As mazelas que o setor elétrico padece foram geradas e amamentadas na inépcia do governo, e o fato de não padecer outra calamidade, como o apagão, devemos à inépcia do governo em nos entregar a recessão corrente.

Se fosse suficientemente poderoso, o gênio da lâmpada faria compreender que o talento empresarial, posto a serviço do lucro e operando dentro de regras estáveis, inteligentes e justas, é a melhor garantia de qualidade e baixo custo no setor. Não é na boa-vontade de burocratas que está a garantia de um bom funcionamento setor, muito menos na esperteza dos que lutam por influenciá-los. Concentrar o poder no Ministério, nas agências reguladoras e nos inúmeros órgãos governamentais auxiliares, como EPE, ONS etc., é favorecer a burocracia *versus* a eficácia, os objetivos políticos *versus* a eficiência econômica, o bem-estar de uns poucos *versus* o bem-estar de todo o país. Não duvido que haja boa-fé e boas intenções nos que querem, fortalecendo a presença do governo no setor, beneficiar o país. Mas são exatamente essas boas intenções que estão nos destruindo! Oxalá houvesse mesmo o gênio da lâmpada!”

---

## Paulo Mayon

Diretor Sênior e Sócio da Compass Comercializadora de Energia

---

“A escolha seria determinar para 2017 em diante o fim da penalidade daquele que falta com o lastro de energia e de potência. A regra vigente não penaliza aquele que, com sobras de lastro de energia e potência, opta por não as comercializar. Ela só se aplica àquele que não “encontrou” o tal lastro. Essa proposta significa, na prática, a desvinculação de lastro e energia, o que é praxe em mercados de energia mais maduros que o brasileiro.

É fácil de explicar esse “desejo”. O mercado físico de energia já funciona de fato como um mercado financeiro, dado que a entrega física ocorre por meio do despacho do ONS, sem qualquer vínculo com o que foi negociado bilateralmente entre as partes. O que os agentes buscam ao comprar ou vender contratos é se proteger da oscilação de preço.

A penalidade por falta de lastro contratual foi criada para estimular a contratação de longo prazo dos consumidores, visto que, naquela ocasião, saindo de um pós-acionamento, com excesso de oferta de energia, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) permanecia extremamente baixo por longos períodos de tempo, sendo incapaz de fornecer sinal econômico para a expansão.

Porém, considerando o histórico da inflação brasileira, o comportamento errático do PIB e todas as incertezas envolvidas, os consumidores livres dificilmente contratam por prazo maior do que cinco anos,

independentemente do valor do preço de curto prazo. Em resumo, a penalidade existe para um fim que não se concretiza desde sua criação.

A regra assimétrica da penalidade acaba gerando um ágio ou deságio que distorce na prática o índice de liquidação dos contratos financeiros de energia, PLD. Em resumo, os contratos financeiros conseguem oferecer a proteção contra as oscilações dos preços, mas se o contratante do *hedge* for um agente da CCEE, terá que adicionar o ágio/deságio para evitar a penalidade por falta de lastro. Tal assimetria distorce o custo, compromete a eficácia dos mecanismos financeiros como instrumentos de proteção e não atinge o objetivo original de estimular a contratação a longo prazo.”

---

## Adriano Pires

Sócio-fundador e Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE)

---

“O setor de energia está tão bagunçado e foram cometidas tantas barbeiragens nos governos do PT, que fica difícil fazer somente um pedido ao gênio da lâmpada. O ideal era manter a tradição e, da mesma forma que o gênio concedeu três desejos ao Aladim, poderia me dar a mesma chance. Mas já que o gênio, provavelmente, com a crise ficou com receio de conceder muitos desejos, para melhorar a situação de um governo sem, praticamente, nenhuma credibilidade e que mentiu o tempo todo, vou formular o meu que é bem simples. O meu desejo é que fosse aprovado o Projeto de Lei do Senador Serra que altera o modelo da Partilha desobrigando a Petrobras de ter 30% dos blocos do pré-sal e o monopólio da operação desses blocos.”

---

## Paulo Cunha

Consultor FGV Energia

---

“Proponho mudar a sistemática de cotas associada à renovação das concessões, que foi introduzida pela MP 579/12. A proposta visa à sua eliminação, já que seus efeitos desorganizaram o setor elétrico e provocaram extraordinária destruição de valor nessa indústria.

Entre as razões para a mudança, destacam-se:

Os contratos de cotas inadequadamente transferiram o risco hidrológico dos geradores para os consumidores finais. Ocorre que, diferentemente dos geradores, que têm instrumentos para gerir o risco, os consumidores somente suportam seus efeitos de forma passiva. Essa equivocada alocação traz ao sistema elevada ineficiência econômica e onera desnecessariamente seus custos.

A sistemática fratura a coerência interna do modelo institucional quando retira do mercado parte de energia existente, convertida em cotas, ao tempo em que continua expandindo a oferta através de contratos de venda de energia. Ao arbitrar a distribuição das cotas entre as distribuidoras, portanto ao ACR, distorce a alocação dos benefícios da renda oriunda dos empreendimentos amortizados, uma vez que desconsidera o ACL, que também foi responsável pela referida amortização.

Em decorrência das concessões já renovadas sob esse instituto, não se desconhecem as dificuldades para revertê-lo. No entanto, sua manutenção

inibe e desvaloriza o parque elétrico, além de consolidar a ineficiência na gestão dos riscos hidrológicos. No limite, quando a necessidade de expansão estiver arrefecida e quase toda a energia cotizada, teremos um sistema sem nenhum estímulo à eficiência. Dessa forma, é urgente suspensão do instituto, para o que será necessária a adoção de mecanismos de transição e coragem para corrigir o erro.”

---

## Clarissa Lins

Sócia-fundadora da Catavento Consultoria

---

“Os resultados da COP21, ocorrida em Paris em dezembro de 2015, apontam para um desejo inequívoco de atuar proativamente na redução das emissões de gases de efeito estufa, no sentido de limitar o aumento da temperatura a 1,5° / 2°C. Em termos práticos, isso representa uma mudança de paradigma global na produção e no padrão de consumo de energia, a caminho da redução da intensidade de carbono.

O planejamento energético brasileiro, ao estabelecer suas diretrizes de longo prazo, precisa acompanhar o que está na vanguarda mundial. Neste sentido, não é mais suficiente repousar no potencial hidrelétrico de nosso país, duramente afetado pelas condições hídricas adversas, agravadas pelas mudanças climáticas. A perversidade desta atitude está claramente refletida no aumento do custo da energia ocorrido em 2015, em função da utilização da energia termelétrica, com consequências nefastas também sobre as emissões de gases de efeito estufa do país.

Assim, meu desejo é que as políticas públicas na área de energia sejam revistas no sentido de voltar-se à racionalidade econômica, levando em conta os impactos climáticos por meio da precificação de carbono.

Com isso, haverá estímulo à geração de energia a partir de diversas fontes - sobretudo daquelas menos intensivas em carbono, à eficiência energética e à inovação. Um setor energético revigorado é condição *sine qua non* para a retomada segura do crescimento do país, capaz de atrair recursos financeiros, tecnológicos e humanos de classe mundial.”

---

## Renato Bertani

CEO Barra Energia

---

“Eu introduziria modificações regulatórias que estimulassem o máximo possível de competição e dessem acesso ao maior número possível de agentes econômicos para atuarem no setor de petróleo brasileiro.

A saída da crise passa por um choque de eficiência e inovação, e a melhor maneira de se conseguir isto é através da diversificação de atores, o que requer a remoção de barreiras que dificultam a alocação de capital, qualquer que seja sua origem.”

---

## Ieda Gomes

Consultora Associada FGV Energia

---

“A existência de monopólios pouco regulados na infraestrutura de gás é um fator inibidor ao desenvolvimento de um mercado competitivo para o gás natural no Brasil, porque desestimula investimentos de novos produtores e importadores de gás, devido à falta de visibilidade quanto ao acesso ao mercado consumidor.

Uma medida fundamental para alavancar esse mercado seria a desverticalização total da cadeia de valor, à semelhança do que foi implementado em diferentes aspectos no Reino Unido, Espanha e Estados Unidos.

Além da separação entre o suprimento e transporte de gás e ainda da regaseificação de GNL, os agentes produtores/supridores não poderiam deter o controle acionário de gasodutos e terminais de GNL, em particular aqueles agentes que têm dominância no suprimento de gás ao mercado brasileiro.

Idealmente, o Brasil deveria ter um único operador dos gasodutos de transporte no âmbito nacional, e esse operador deveria ser neutro e interessado no uso otimizado do sistema, com acesso regulado de terceiros. As tarifas e capacidade ociosa deveriam ser publicadas e estar disponíveis para consulta por todos os agentes interessados.”

---

## Roberto Castello Branco

Diretor da FGV Crescimento & Desenvolvimento

---

“Escolho a abolição da exigência de conteúdo nacional.

Ela reduz - via aumento de custos, atrasos e equipamentos de qualidade discutível - a taxa de retorno esperada de projetos de petróleo, desestimulando assim investimentos onde possuímos claras vantagens comparativas. Trata-se de transferência forçada de renda dos produtores de petróleo para uma indústria que se expande com baixa produtividade pois, não sendo exposta à competição, não tem estímulos para inovar e aumentar a eficiência.

Finalmente, as complexas regras estabelecidas pela ANP implicam em grande desperdício de recursos escassos da sociedade.

A ausência de crescimento da produtividade é a principal causa da lenta expansão da economia do Brasil nos últimos 35 anos. A adoção de restrições à competição, como foi a lei de reserva de mercado para a informática de 1984 e, desde 1997, a exigência de conteúdo nacional nos investimentos no petróleo, são exemplos típicos de barreiras à prosperidade da sociedade brasileira, dado o forte impacto negativo sobre a produtividade.”

---

## Luigi Parisi

Responsável pela Enel Green Power no Brasil

---

“Investimentos. Acredito que essa seja a chave. O setor elétrico brasileiro requer investimentos em todos os segmentos. As energias renováveis, especialmente a eólica e a solar, devem ser pensadas como uma solução para mitigar os custos de geração de energia no país.

A expectativa da capacidade instalada indicada pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética) para os próximos 10 anos indica um aumento de cerca de 70 GW – metade em energias renováveis. Portanto, para atender à crescente demanda de energia e para apoiar a expansão da capacidade instalada do país, serão necessários investimentos.

As energias renováveis podem garantir a segurança do abastecimento de energia, por causa da histórica complementaridade, por exemplo, entre a geração eólica e a hídrica. O período de vento no Nordeste do Brasil (onde estão concentrados os parques eólicos) é complementar aos períodos chuvosos do Norte, Centro-Oeste e Sudeste (onde estão concentradas as hidroelétricas). O período com menos chuva é o mesmo com mais vento e vice-versa. Isso permite a otimização da operação do sistema entre as duas fontes.

O Brasil é um país relevante para qualquer empresa que possui interesse em se expandir em energias renováveis. Um grande mercado, com mecanismos de leilão que permitem a expansão através de uma forma transparente e justa; recursos hídricos, ventos, e irradiação solar disponíveis e abundantes. Portanto, a Enel Green Power, como líder global em energias renováveis, mantém o seu interesse em seguir investindo no Brasil.”

---

## Lincoln Rumenos Guardado

Diretor-Presidente da QGEP

---

“Dentre as opções elencadas pelo “gênio”, cremos que o Brasil necessita diferentes políticas públicas, considerando as diferentes fontes de energia que se pretende desenvolver de forma viável. Nesse sentido, um denominador comum se refere à agilização das permissões (ambientais/agências reguladoras) para a implantação de projetos, que têm sido vetor da postergação de investimentos.

Outro fator limitante está na inadequação das redes de transporte e distribuição, sobretudo para o gás, que poderá ser a solução das demandas locais e regionais. Ainda que o governo tenha um papel preponderante nessa ações, observa-se em determinados setores uma excessiva intervenção do Estado, como ocorrido recentemente com a precificação da energia elétrica, bem como na cadeia de óleo e gás, onde a fiscalização e regulação preponderaram em relação ao fomento ao investimento, gerando insegurança jurídica e a conseqüente incerteza

quanto aos resultados econômicos. A segurança energética no Brasil depende da promoção das diferentes formas de geração de energia, respeitando as suas dimensões continentais e as condições sociais e geográficas para soluções locais e regionais.

Assim, cabe ao governo ter a agilidade regulatória com vistas reduzir riscos e incentivar o investimento no setor e estimular o mercado a ter uma participação mais ativa nessa regulação. Algo é certo nesse contexto: não haverá crescimento econômico sustentável sem a certeza da disponibilidade energética, mesmo com os ganhos de eficiência energética.”

---

## Luis Henrique Guimarães

Comgas

---

“O meu pedido ao gênio é bem simples, mas nem sempre fácil de todos entenderem o seu enorme poder. Seria que os agentes do mercado, reguladores, e *stakeholders* deixassem as leis de oferta e demanda (mercado) atuarem nos vários segmentos do setor de energia e que de fato tivéssemos no Brasil a precificação a mercado.

Apesar de não ser perfeito, o mercado ainda é o melhor mecanismo para refletir o que está acontecendo no mundo físico e de opções e as várias experiências de intervenção no Brasil e no mundo mostraram que mecanismos artificiais não funcionam!!!”

---

## Zevi Kann

Diretor da ZENERGAS Consultoria

---

“Competição é o pedido!

Temos uma estrutura de mercado perversa. A produção de gás ocorre principalmente em áreas de E&P *offshore* onde, em grande parte, o gás é associado - ou seja, dependente da produção do óleo e, sem dúvida, com custos elevados de infraestrutura para o transporte e processamento até chegar ao mercado de distribuição e ao usuário final.

E a infraestrutura de transporte do gás é totalmente concentrada, sem qualquer transparência quanto à movimentação efetiva, real capacidade e tarifas.

Nos mercados de distribuição de gás canalizado, tivemos a oportunidade de estabelecer ainda em 1999, no estado de São Paulo, modelo de

concessão com prazos de 12 anos para o advento do mercado livre e a comercialização de gás por novos agentes. Esta regulamentação foi completada em 2009 e 2011, outros estados caminham nesta direção. Resultado: nenhum usuário livre até hoje.

Não existe competição na oferta, a regulamentação evoluiu lentamente no transporte e a concentração de mercado persiste. Talvez um “gênio” poderoso, associado ao pragmatismo responsável decorrente de um barril de U\$30 poderia voltar a direcionar totalmente os leilões de E&P aos campos terrestres, com uma legislação simplificada e campanhas sísmicas intensas. E que os modelos do setor elétrico se aproximassem do setor de gás para que termoelétricas fossem as âncoras e pudessem ser implantadas onde realmente necessárias, e não onde ofertadas, dentro de uma visão de país, que necessita de infraestrutura de transporte de gás atendendo a todos estados. Seria um sonho desenvolvermos múltiplos produtores comercializando o gás a inúmeros usuários em ambiente de competição e atendendo todo o país.

Bom dia, vamos despertar?”



---

[www.fgv.br/energia](http://www.fgv.br/energia)

